

ÍNDICE GERAL

NOTA DE ABERTURA À 7. ^a EDIÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
1. As relações entre a Economia e o Direito	7
1.1. Direito e economia	7
1.2. Direitos da economia ou Direito Económico?	9
2. Fundamentos da autonomia do Direito Económico	10
3. O Direito Económico como ramo de direito	13
3.1. Enunciado da questão	13
3.2. Evolução histórica	15
3.3. Natureza	18
3.4. O Direito Económico perante os outros ramos de direito	18
4. O Direito Económico como disciplina jurídica autónoma	19
4.1. Origem e desenvolvimento	19
4.2. Natureza e objeto	21
5. A interdisciplinaridade no estudo do Direito Económico	22
6. As fontes de Direito Económico	23
6.1. Complexidade e diversificação	23
6.2. Tipos de fontes	24
6.2.1. Fontes internas	24
6.2.2. Fontes internacionais	25
6.3. Fontes de origem mista ou privada	26
6.4. A importância das decisões jurisprudenciais e administrativas	26
6.5. Hierarquia das fontes formais	27
7. Principais características do Direito Económico	28

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL

TÍTULO I – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA	37
CAPÍTULO I – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA	37
1. Noção de constituição económica	37
2. Constituição económica e ordem jurídica da economia	38
3. A Constituição Económica na história das constituições	39
4. A Constituição económica na história das Constituições portuguesas	40
5. A atividade e organização económicas na Constituição da República Portuguesa de 1976	41
5.1. O modelo económico no texto originário da CRP	41
5.2. Principais características das revisões constitucionais	42
6. A Constituição económica atual	45
6.1. O modelo de economia subjacente	45
6.2. A Constituição económica no texto na CRP	46
6.3. Os direitos e deveres fundamentais com incidência na ordem económica	47
6.3.1. Direitos, liberdades e garantias e direitos e deveres económicos	47
6.3.2. Os pressupostos básicos da economia de mercado: configuração constitucional da propriedade e da iniciativa económica	48
6.3.2.1. Introdução	48
6.3.2.2. A propriedade privada	49
6.3.2.3. Outras formas de propriedade	51
6.3.2.4. A iniciativa privada	51
6.3.2.5. Articulação entre o direito de propriedade e de iniciativa privadas e os seus limites: princípio geral e jurisprudência constitucional	54
6.3.2.6. Outras formas de iniciativa	57
6.3.3. Os direitos sociais, económicos e culturais como limites da atividade económica	58
6.3.3.1. <i>Introdução</i>	58
6.3.3.2. Os direitos dos trabalhadores	59
6.3.3.3. Os direitos dos consumidores	62
6.3.3.4. O direito ao ambiente	65
6.3.3.5. O direito à proteção de dados pessoais informatizados	66
6.4. A organização económica	67
6.4.1. Propriedade e gestão na definição dos sectores de titularidade dos meios de produção (bens produtivos)	67
6.4.2. O sector privado	69
6.4.3. O sector cooperativo e social	69
6.4.4. O sector público	71
7. Do Estado produtor ao Estado regulador	72

7.1. As diferentes funções do Estado	72
7.2. O recuo do Estado empresário: das nacionalizações às reprivatizações	73
7.3. O reforço do Estado regulador	75
7.4. Regulação de natureza geral	76
7.4.1. Competências genéricas	77
7.4.2. A defesa da concorrência	77
7.4.3. O planeamento	80
7.4.4. As políticas de regulação monetária e financeira	80
7.4.5. A proteção do ambiente	81
8. As políticas públicas gerais e sectoriais	83
8.1. A política orçamental	83
8.2. A política tributária	84
8.3. A política agrícola	86
8.4. A política comercial e a política industrial	86
9. Os órgãos de definição da política económica	86
9.1. O Governo	86
9.2. A Assembleia da República	87
9.3. Os Governos e as Assembleias Legislativas Regionais	88
CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA EUROPEIA	89
1. A constituição económica da União Europeia	89
2. Objetivos, instrumentos e princípios da UE	92
2.1. Objetivos	92
2.2. Princípios jurídico-económicos do Direito da União	92
2.3. Áreas e Instrumentos de Ação	93
2.4. Delimitação de competências	96
3. O direito do mercado interno: as liberdades económicas fundamentais	97
3.1. A liberdade de circulação de mercadorias. A união aduaneira	97
3.2. A liberdade de circulação dos agentes económicos	98
3.2.1. A liberdade de circulação de trabalhadores assalariados	98
3.2.2. A liberdade de estabelecimento	99
3.2.3. A liberdade de prestação de serviços	100
3.3. A liberdade de circulação de capitais e de pagamentos	101
3.4. A liberdade de concorrência	102
4. Do Mercado Comum à União Económica e Monetária	103
4.1. O modelo originário de integração económica comunitária	103
4.2. O Ato Único Europeu: sentido e limites	104
4.3. O Tratado de União Europeia: a UEM e o alargamento e aprofundamento das competências comunitárias	105
4.3.1. A construção da União Económica e Monetária	105

4.3.2. A governação económica: instrumentos	106
4.4. Principais desenvolvimentos institucionais	109
4.4.1. O Tratado de Amesterdão	109
4.4.2. O Tratado de Nice e o Projeto de «Tratado Constitucional»	110
4.4.3. O Tratado de Lisboa (Tratado Reformador)	111
5. Instituições comunitárias e suas atribuições na esfera económica	111
5.1. As entidades de direção	111
5.1.1. O Conselho Europeu	111
5.1.2. O Conselho (de Ministros)	112
5.1.3. A Comissão	112
5.1.4. O Parlamento Europeu	113
5.1.5. O Banco Central Europeu e o SEBC	114
5.2. As instituições de controlo	115
5.2.1. Controlo político: o Parlamento Europeu	115
5.2.2. Controlo judicial: o Tribunal de Justiça da União Europeia	115
5.2.3. Controlo orçamental: o Tribunal de Contas	116
5.4. Os órgãos auxiliares	116
6. A articulação entre a Constituição económica da União e a Constituição económica portuguesa	117
6.1. Compatibilidade global	117
6.2. Superação dos pontos críticos	118
TÍTULO II – A ADMINISTRAÇÃO ECONÓMICA	121
1. A administração económica portuguesa	121
1.1. Administração em sentido orgânico e em sentido material	121
1.2. Administração estadual, regional e local	121
1.3. Administração direta e indireta	122
2. A complexidade orgânica da administração económica	122
3. Características gerais da Administração económica	124
4. A Administração económica portuguesa	125
4.1. O Governo	125
4.2. Administração direta: serviços centrais e serviços públicos desconcentrados	127
4.3. Administração indireta e descentralização: os institutos públicos	128
4.3.1. Noção	128
4.3.2. Principais características	130
4.4. As entidades administrativas independentes	132
4.4.1. Noção e distinção de figuras próximas	132
4.4.2. Principais características	134
4.5. Os órgãos consultivos	136

4.6. As associações públicas com funções económicas	137
4.7. A administração pública por entidades privadas	138
5. A Administração económica da UE	138
5.1. Funções	138
5.2. Os órgãos da Administração económica da UE	139

PARTE II – O ESTADO EMPRESÁRIO

1. Introdução	143
1.1. Breve nota histórica sobre a atividade empresarial do Estado	143
1. 2. Evolução das formas jurídicas do Estado empresário	146
1.2.1. Os serviços públicos económicos	146
1.2.2. A empresarialização da atividade económica do Estado	147

TÍTULO I – NACIONALIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES

1. As nacionalizações e o regime das empresas públicas de 1976	149
1.1. As nacionalizações	149
1.1.1. O conceito de nacionalização	149
1.1.2. Enquadramento histórico	150
1.1.3. O regime jurídico das nacionalizações	152
2. O regime especial das empresas públicas de 1976	155
2.1. Conceito de empresa pública	155
2.2. Natureza e a orgânica	156
2.3. A tutela e a intervenção do Governo	157
3. As privatizações	159
3.1. As privatizações	159
3.1.1. O conceito de privatização	159
3.1.2. Fundamentos das privatizações	161
3.1.3. As privatizações em Portugal	163
3.1.3.1. Antecedentes	163
3.1.3.2. Âmbito da lei das privatizações	165
3.1.3.3. Objetivos	166
3.1.3.4. O processo de privatização	166
3.1.3.5. O destino das receitas das privatizações	178
3.1.3.6. O controlo do processo	178
3.1.3.7. A salvaguarda de interesses estratégicos nacionais especiais do Estado nas empresas privatizadas	179

TÍTULO II – O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

1. Composição e regime atual do sector Empresarial do Estado	181
--	-----

1.1. Introdução	181
1.2. O regime jurídico geral das empresas públicas	184
1.2.1. Características gerais	184
1.2.2. A função acionista do Estado	185
1.2.3. Derrogações ao regime das sociedades comerciais	186
2. Regimes específicos das empresas públicas	187
2.1. As empresas que exploram serviços públicos ou de interesse económico geral	187
2.2. As empresas públicas que exercem poderes de autoridade	188
2.3. As entidades públicas empresariais (EPE)	189
2.4. Princípios de bom governo das empresas do SEE	189
3. A atividade empresarial local e as participações locais	190
3.1. Antecedentes	190
3.2. Âmbito e tipos	191
3.3. Serviços municipalizados e intermunicipalizados: noção, objeto e regime jurídico	191
3.4. Empresas locais: noção, objeto e regime jurídico	192
TÍTULO III – AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	195
1. Noção	195
2. Origem e desenvolvimento	195
3. Fundamentos	196
4. Setores em que se desenvolvem	197
5. Formato	197
6. Configuração financeira	198
7. Enquadramento jurídico	198
8. Algumas formas de parceria público-privada para prestação de serviços públicos	199
8.1. A concessão de bens e serviços públicos	199
8.2. O contrato de gestão	201
8.3. Os contratos de cooperação	202
PARTE III – O ESTADO REGULADOR	
INTRODUÇÃO	207
1. A regulação pública da economia: noção	207
2. Âmbito da regulação	210
3. Tipos de regulação	211
4. Procedimentos da regulação	214

4.1. Procedimentos unilaterais	214
4.2. Procedimentos negociados	214
5. As principais áreas da regulação pública económica	215

TÍTULO I – O PLANEAMENTO, AS MEDIDAS DE ESTÍMULO OU FOMENTO E A CONCERTAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL	217
1. O planeamento	217
1.1. Noção e antecedentes	217
1.2. O planeamento na Constituição da República Portuguesa	219
1.3. O sistema do planeamento económico e social em Portugal	220
1.4. Planeamento e instrumentos de aplicação	221
1.5. Planeamento técnico: o exemplo do planeamento territorial	222
2. As medidas de estímulo ou fomento	223
2.1. Tipos	223
2.2. Medidas de estímulo e garantias dos agentes económicos	225
2.3. Medidas de estímulo e concorrência: a problemática dos auxílios de Estado	226
2.4. As medidas e estruturas de fomento na Administração económica portuguesa: nota histórica	227
2.5. Os instrumentos de apoio da União Europeia	228
2.6. Os contratos públicos como medida indireta de estímulo	230
2.6.1. O Estado cliente	230
2.6.2. Aspetos sensíveis	231
2.6.3. Contratos públicos e concorrência (remissão)	232
3. A contratação económica	232
3.1. Noção e natureza jurídica	232
3.2. Modalidades de contratos económicos	234
3.2.1. Os contratos-programa	234
3.2.2. Os contratos de desenvolvimento em geral	235
3.2.3. Os contratos fiscais	237
3.2.4. Os contratos de investimento estrangeiro (remissão)	238
3.2.5. Outros contratos económicos	238
4. A concertação económica e social	238
4.1. Noção	238
4.2. Modalidades de concertação económica e social	239

TÍTULO II – O ACESSO À ATIVIDADE ECONÓMICA	243
1. Introdução	243
2. O regime de acesso à atividade económica	244
2.1. A liberdade de acesso	244

2.2. As exceções ao regime de livre acesso à atividade económica	246
2.2.1. As reservas do sector público e os regimes de acesso condicionado	246
2.2.2. Outras exceções ao regime de livre acesso à atividade económica	249
3. O investimento estrangeiro	249
3.1. Introdução	249
3.2. Evolução	251
3.3. Regime atual	253
4. Os regimes de licenciamento	255
4.1. Noção	255
4.2. O regime geral de instalação e exploração de uma atividade industrial	255
4.2.1. Objetivos	255
4.2.2. Tipos de estabelecimentos industriais	256
4.2.3. As obrigações do «industrial» no «Sistema de Indústria Responsável»	256
4.2.4. O controlo da Administração	257
4.2.5. Os direitos de terceiros	258
4.3. O licenciamento de outras atividades	258
TÍTULO III – A REGULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA	263
CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO PRIVADA DO MERCADO	263
1. Da concorrência perfeita à concorrência praticável	263
1.1. Mercado e concorrência: questões conceptuais	263
1.2. A concorrência no modelo liberal clássico	264
1.3. Concentração e crise do modelo	265
1.4. A revisão do modelo liberal de concorrência	266
2. Os atores privados e o enquadramento jurídico da organização privada do mercado	267
2.1. Evolução das formas jurídicas da empresa e proteção da concorrência	267
2.1.1. O comerciante em nome individual	267
2.1.2. As formas societárias de empresa	268
2.1.3. A sociedade anónima, paradigma das sociedades de capitais	268
2.1.4. Sociedades emitentes, sociedades abertas	270
2.1.5. A emergência dos grupos económicos e o reforço da cooperação interempresarial	271
2.1.6. A sociedade europeia	271
2.2. A proteção da concorrência: ambivalência da sua regulação	273
3. A concentração (em sentido amplo): mecanismos jurídicos	274
3.1. A concentração na unidade	274
3.1.1. Noção e tipos	274
3.1.2. A fusão	275

3.1.3. A fusão-cisão	276
3.2. A concentração na pluralidade	276
3.2.1. Os grupos de empresas	276
3.2.2. Os grupos de sociedades («as sociedades coligadas»)	277
3.2.2.1. Noção e tipos	277
3.2.2.2. Sociedades coligadas sem exercício de influência dominante	278
3.2.2.3. As sociedades coligadas com exercício de influência dominante	279
3.2.2.4. A holding (sociedade gestora de participações sociais)	281
4. A cooperação interempresarial	281
4.1. Noção e formas	281
4.2. Principais razões do seu desenvolvimento	282
4.3. As formas de cooperação perante a disciplina da concorrência	283
4.4. A empresa comum (<i>joint venture</i>)	284
4.4.1. Noção	284
4.4.2. A <i>joint venture</i> no direito português	286
4.5. O agrupamento complementar de empresas (ACE)	287
4.5.1. Noção	287
4.5.2. Regime jurídico	287
4.6. Os agrupamentos europeus de interesse económico (AEIE)	288
4.6.1. Noção	288
4.6.2. Regime jurídico	289
4.7. Os contratos de transferência de tecnologia (<i>know-how</i>)	290
4.7.1. Noção	290
4.7.2. Cooperação e dependência nos contratos de transferência de tecnologia	290
4.7.3. Regime jurídico dos contratos de transferência de tecnologia em Portugal	292
4.8. A subcontratação industrial	293
4.8.1. Noção	293
4.8.2. Principais tipos	294
4.8.3. Cooperação e dependência na subcontratação	295
4.8.4. Regime jurídico da subcontratação	295
4.8.5. Novas formas de subcontratação: a parceria	297
4.9. Os acordos de distribuição	298
4.9.1. A multiplicidade das formas de distribuição	298
4.9.2. Cooperação e dependência nos acordos de distribuição	299
4.9.3. O regime jurídico da distribuição	299
4.10. A franquia (<i>franchising</i>)	300
4.10.1. Noção	300
4.10.2. Tipos de franquia	301

4.10.3. Cooperação e dependência no contrato de franquia	302
4.10.4. Regime jurídico da franquia	303
CAPÍTULO II – A PROMOÇÃO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA	305
1. Introdução	305
1.1. Concorrência ilícita e concorrência desleal	305
1.2. Sistemas de defesa da concorrência (legislação <i>antitrust</i>)	306
2. O sistema de defesa da concorrência no direito da União Europeia e no direito português	309
2.1. Caracterização geral do direito da concorrência da União Europeia	309
2.2. Caracterização geral do direito português da concorrência	314
2.2.1. Antecedentes próximos	314
2.2.2. O atual regime jurídico da concorrência (2012) e o papel da Autoridade da Concorrência	316
2.3. Campo de aplicação	318
2.3.1. O princípio do efeito anticoncorrencial (ou da territorialidade objetiva)	318
2.3.1.1. O direito da União Europeia	318
2.3.1.2. O direito português e a concorrência de direitos	320
2.3.1.3. A cooperação entre autoridades europeias e nacionais	321
2.3.2. A suscetibilidade de afetação do comércio entre os Estados-Membros	322
2.3.3. A dimensão do mercado: a noção de mercado relevante	325
2.4. A proibição das coligações	327
2.4.1. Estrutura e conteúdo do art. 101.º do TFUE	327
2.4.2. Os agentes ou partes nas coligações	328
2.4.2.1. As empresas	328
2.4.2.2. As «associações de empresas»	330
2.4.3. As formas de coligação	330
2.4.3.1. Os acordos restritivos da concorrência	330
2.4.3.2. As decisões de associação	331
2.4.3.3. As práticas concertadas	331
2.4.4. A exemplificação de coligações proibidas	332
2.4.5. As exceções à proibição de coligações	335
2.4.5.1. Introdução	335
2.4.5.2. O «balanço económico» e a inaplicabilidade do n.º 1 do art. 101.º TFUE	336
2.4.5.3. Cooperação interempresarial e isenções por categoria	339
2.4.6. A proibição de coligações no direito português	341
2.5. A proibição do abuso de posição dominante	342

2.5.1. Introdução	342
2.5.2. A importância da noção de mercado relevante	343
2.5.3. A posição dominante	344
2.5.4. A noção de exploração abusiva	346
2.5.5. A doutrina das infraestruturas de carácter essencial (<i>essential facilities</i>)	347
2.5.6. A noção de abuso no direito português	348
2.5.6.1. O abuso de posição dominante na lei portuguesa	348
2.5.6.2. O abuso de dependência económica	350
2.5.7. O regime específico das práticas restritivas individuais restritivas de comércio	352
2.6. O controlo das operações de concentração	354
2.6.1. Introdução	354
2.6.2. A utilização do artigo 101.º do TFUE no controlo das concentrações	355
2.6.3. A aplicação ao controlo das operações de concentração do princípio da proibição do abuso de posição dominante	357
2.6.4. O regulamento de controlo das operações de concentração de empresas de dimensão europeia	358
2.6.4.1. Os objetivos do Regulamento	358
2.6.4.2. A noção de concentração	359
2.6.4.3. A dimensão europeia	360
2.6.5. O controlo prévio das concentrações no direito português	363
2.7. Aspetos processuais	365
2.7.1. No direito europeu	365
2.7.1.1. Coligações e abuso de posição dominante	365
2.7.1.2. Controlo das concentrações	366
2.7.1.3. Recursos das decisões da Comissão	367
2.7.2. No direito português	367
2.7.2.1. Práticas restritivas de concorrência	367
2.7.2.2. Operações de concentração	368
2.8. A disciplina da ação dos Estados-Membros: o princípio da incompatibilidade dos auxílios de Estado com o mercado interno	371
2.8.1. Introdução	371
2.8.2. A regulação dos auxílios de Estado	373
2.8.2.1. O princípio da incompatibilidade dos auxílios de Estado com o mercado interno: objetivos	373
2.8.2.2. Campo de aplicação do princípio da incompatibilidade dos auxílios de Estado	374
2.8.2.2.1. A noção de auxílio de Estado	374

2.8.2.2.2. Possibilidade de falsear a concorrência	378
2.8.2.3. Afetação do comércio interestatal no mercado interno	378
2.8.2.4. As derrogações ao princípio da incompatibilidade dos auxílios de Estado com o mercado interno	379
2.8.2.5. As isenções de notificação	381
2.8.3. Os auxílios de Estado no direito português	382
2.8.4. Os Serviços de Interesse Económico Geral	383
2.8.4.1. Introdução	383
2.8.4.2. Os SIEG e figuras afins	385
2.8.4.3. Âmbito de aplicação e princípios aplicáveis	385
2.8.4.4. Exceções às regras dos auxílios de Estado	386
2.8.5. A disciplina especial dos contratos públicos (mercados públicos)	388
2.8.5.1. O direito da União	388
2.8.5.2. O direito português	391
CAPÍTULO III – A REGULAÇÃO DOS PREÇOS	393
1. Introdução	393
2. Regime jurídico	394
2.1. Enquadramento geral	394
2.2. Os regimes específicos	395
2.3. Os sectores especialmente regulados	397
TÍTULO IV – A REGULAÇÃO DOS «MERCADOS EMERGENTES»	399
1. Introdução	399
2. Objetivos e instrumentos de regulação	402
3. A regulação das telecomunicações	405
3.1. Do monopólio público à concorrência	405
3.2. Defesa e promoção de um mercado concorrencial	409
3.3. Âmbito do serviço público universal	410
3.4. A Autoridade Nacional de Comunicações (ex-ICP – ANACOM)	411
4. A regulação do sector de águas e resíduos	413
4.1. Evolução do quadro normativo e institucional	413
4.2. A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR	417
TÍTULO V – A REGULAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO	421
1. Introdução	421
1.1. A moeda legal	421
1.2. O crédito e a criação da moeda escritural	422
1.3. Os câmbios e a dimensão internacional da moeda	424
1.4. O sistema monetário e financeiro entre regulação e desregulamentação	425
2. Mercados monetário e financeiro	428

2.1. Mercado monetário	428
2.2. Mercado financeiro	429
2.3. Um segmento do mercado financeiro: o mercado de títulos (ou de valores mobiliários)	430
2.4. Os mercados institucionais ou interbancários	432
2.5. Os bancos centrais e a regulação do sistema monetário e financeiro	433
2.5.1. O controlo da massa monetária	433
3. As instituições do sistema monetário e financeiro	434
3.1. Classificação	434
3.2. Evolução histórica	435
3.2.1. A reforma de 1957-1959	435
3.2.2. A rutura democrática	435
3.2.3. O processo de «desespecialização» e «reprivatização» do sistema	437
3.2.4. De 1986 aos nossos dias	438
3.2.4.1. A crescente influência das Comunidades Europeias	438
3.2.4.2. As repercussões do direito europeu no direito nacional	440
4. As instituições de crédito	442
4.1. Noção	442
4.2. Instituições de crédito universais	444
4.2.1. Os bancos	444
4.2.2. A Caixa Geral de Depósitos	445
4.3. Instituições de crédito especializadas autorizadas a receber depósitos	446
4.3.1. Caixas económicas	446
4.3.2. Caixas Agrícolas	446
4.4. Instituições de crédito especializadas não autorizadas a receberem depósitos	447
4.4.1. Carácter formal e atípico da qualificação	447
4.4.2. Espécies	448
4.4.2.1. Sociedades de investimento	448
4.4.2.2. Sociedades de locação financeira (<i>leasing</i>)	448
4.4.2.3. Sociedades de cessão financeira (<i>factoring</i>)	448
4.4.2.4. Sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC)	449
4.4.2.5. Instituições financeiras de crédito (IFIC)	449
4.4.2.6. Instituições de moeda eletrónica (IME)	449
4.4.2.7. Sociedades de garantia mútua (SGM)	450
4.4.2.8. Instituições de crédito hipotecário (ICH)	450
4.5. Constituição de instituições de crédito em Portugal	450
4.5.1. Autorização das instituições de crédito com sede em Portugal e instituições equiparadas	450

4.5.2. Autorização de instituições estrangeiras que não gozam do regime de reconhecimento mútuo	451
4.5.3. Habilitação de instituições de crédito europeias que gozam do regime de reconhecimento mútuo	451
5. As sociedades financeiras (SF)	452
5.1. Caracterização	452
5.2. Regime legal	453
5.3. Espécies	453
5.3.1. Sociedades corretoras e sociedades financeiras de corretagem	453
5.3.2. Sociedades mediadoras no mercado monetário e de câmbios	453
5.3.3. Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento (SGFI)	454
5.3.4. Sociedades gestoras de patrimónios	455
5.3.5. Sociedades de desenvolvimento regional (SDR)	455
5.3.7. Outras sociedades financeiras	456
6. Instituições periféricas ou na fronteira do sistema	456
6.1. Instituições auxiliares	456
6.2. Empresas de investimentos	457
6.3. Outras instituições financeiras não monetárias	457
7. A Regulação do SMF	458
7.1. Razões da necessidade de regulação	458
7.2. Autoridades de regulação e de controlo do SMF	460
7.2.1. Redistribuição de poderes no vértice do sistema	460
7.2. O Governo (Ministro das Finanças)	460
7.3. Banco de Portugal (BP)	462
7.3.1. Caracterização geral do Banco de Portugal	462
7.3.2. Governo e organização do BP	464
7.4. Atribuições do Banco de Portugal	465
7.4.1. Atribuições como banco emissor	465
7.4.2. Atribuições como banco central	466
7.4.2.1. A orientação e fiscalização dos mercados	466
7.4.2.2. Refinanciador em última instância	467
7.4.2.3. Banqueiro do Estado: a função interdita	467
7.4.3. Autoridade cambial e ator nas relações monetárias internacionais	468
7.4.4. Funções de supervisão das instituições financeiras com sede em Portugal	468
7.4.4.1. A supervisão em termos gerais	468
7.4.2. A supervisão comportamental	469
7.4.3. A supervisão prudencial	470
7.5. Contributos de outras entidades de regulação ou auxiliares para a supervisão do SMF	471

7.5.1. A Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários	471
7.5.2. O Instituto de Seguros de Portugal (ISP)	471
7.5.3. O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF)	472
7.5.4. O Fundo de Garantia de Depósitos	472
7.5.5. A Autoridade da Concorrência	473
7.5.6. Outras entidades	473
TÍTULO VI – A REGULAÇÃO DO AMBIENTE E A ATIVIDADE ECONÓMICA	475
1. Fundamentos da regulação pública do ambiente	475
1.1. Introdução	475
1.2. Regulação pública e autorregulação pelo mercado	476
1.3. O direito do ambiente: noção e características gerais	477
2. A regulação pública do ambiente em Portugal	479
2.1. Enquadramento geral	479
2.2. A regulação pública do ambiente e a atividade económica em Portugal	480
2.2.1. Princípios gerais	480
2.2.2. Métodos e instrumentos gerais de regulação	481
2.2.3. Os regimes sectoriais	482
2.2.3.1. O regime das águas	482
2.2.3.2. O regime do ar	485
2.2.3.3. O regime da proteção da natureza e vida selvagem	486
2.2.4. Métodos e instrumentos especiais de regulação pública do ambiente	487
2.2.4.1. Licença ambiental e avaliação de impacte ambiental	487
2.2.4.2. Os incentivos e os contratos-programa	490
2.2.5. Os agentes da regulação pública do ambiente	490
2.2.5.1. O Governo	490
2.2.5.2. A Administração económica do ambiente	491
2.2.5.3. As organizações não governamentais	493
3. A regulação pública do ambiente e a atividade económica na União Europeia	493
3.1. Introdução	493
3.2. Princípios gerais	496
3.3. Instrumentos de regulação	497
3.4. Processos de decisão	498
TÍTULO VII – A REGULAÇÃO DA QUALIDADE	499
1. Âmbito da regulação da qualidade	499
2. Fundamentação e objetivos	500
3. A pluralidade e a tecnicidade das fontes do direito da qualidade	500

4. O Sistema Português da Qualidade	501
4.1. Os instrumentos	501
4.2. Os agentes	503
4.3. Os auxílios ou incentivos em matéria de qualidade	505
5. O sistema europeu de gestão da qualidade	505
5.1. Objetivos principais	505
5.2. A nova abordagem em matéria de harmonização técnica e normalização	506
TÍTULO VIII – A REGULAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	509
1. Introdução	509
1.1. A informação e a comunicação como objetos da atividade económica	509
1.2. A regulação pública da informação	510
1.2.1. Os interesses em conflito	510
1.2.2. Natureza e características gerais da regulação pública da informação e da comunicação	511
2. Regimes da produção e do comércio da informação	512
2.1. Introdução	512
2.2. A proteção jurídica dos novos produtos de informação	514
2.2.1. Proteção indireta e direta da informação	514
2.2.2. O segredo ou confidencialidade da informação	515
2.2.3. A proteção de dados pessoais informatizados	518
2.2.4. A proteção da propriedade intelectual sobre os novos produtos de informação	522
2.2.5. Os direitos sobre a informação como direitos económicos	525
2.2.6. O regime jurídico da informação administrativa	526
3. A regulação da Internet	532
3.1. Liberdade, autorregulação ou heterorregulação da Internet	532
3.2. A regulação da Internet pela União Europeia	534
3.2.1. Base jurídica	534
3.2.2. A regulação dos serviços da sociedade da informação, incluindo o comércio eletrónico	535
3.2.3. A regulação dos conteúdos ilícitos e prejudiciais	537
3.2.4. A proteção dos direitos de propriedade intelectual	539
3.3. A regulação da Internet em Portugal	541
ÍNDICE REMISSIVO	545
SIGLAS	561
ÍNDICE GERAL	569